

RACISMO SEM RACISTAS

O Racismo da Cegueira de Cor
e a Persistência da Desigualdade
na América

**EDUARDO
BONILLA-SILVA**

PREFÁCIO: SILVIO ALMEIDA

TRADUÇÃO: MARGARIDA GOLDSZTAJN



PERSPECTIVA

Prefácio à Edição Brasileira

Silvio Almeida^[1]

Foi em meados de 2013 que iniciei de modo organizado minhas pesquisas sobre o fenômeno do racismo. Até então, em minha trajetória como pesquisador – muito mais relacionada à filosofia do direito e à teoria geral do direito – não havia tratado a questão racial de forma sistemática, embora sempre tenha sido um ponto de reflexão e, mais do que isso, o objeto de minha militância política no movimento negro.

No campo da filosofia do direito, o que sempre me interessou foram os processos de constituição da chamada subjetividade jurídica. Em oposição a uma visão filosófica retirada da modernidade liberal que concebe o sujeito de direito como uma entidade sem história,

geralmente resultado de “normas jurídicas abstratas”, sempre me interessou compreender o processo histórico de constituição dos sujeitos. Esse tipo de questionamento me afastou cada vez mais das fantasmagorias tão próprias do pensamento jurídico, e passei a questionar quais estruturas, ou que tipos de formas relacionais (políticas, econômicas, culturais), atuavam sobre o indivíduo, tornando-o um “sujeito” que se move nos limites estabelecidos por “normas jurídicas”.

Essa visão sobre o direito que não atuava na camisa de força da subjetividade jurídica levou-me anos depois a pensar o *processo de constituição subjetiva da raça*. Ora, tal como o direito e seu *sujeito de direito*, a raça pressupõe a relação entre *sujeitos raciais*. Esses sujeitos raciais têm história. Com isso, podemos concluir que o racismo é um processo histórico e político de constituição da raça e, portanto, de sujeitos raciais.

Muitas dessas conclusões, que esmiucei em meu livro *Racismo Estrutural*^[2], devem-se à leitura da obra que hoje os leitores e leitoras de língua portuguesa têm em mãos. *Racismo Sem Racistas*, de Eduardo Bonilla-Silva, é um dos mais completos estudos sobre o racismo e sua conexão com as transformações sociais. O livro – que já é um clássico – apresenta um argumento básico e poderoso: há um “novo racismo”, pós-luta pelos direitos civis, que se apoia em uma “cegueira racial ou de cor”

(*colorblindness*). “[A] desigualdade racial contemporânea é reproduzida por práticas de um ‘novo racismo’ que são sutis, institucionais e aparentemente não raciais”, escreve Bonilla-Silva^[3].

Que não se confunda o argumento central do livro com a ideia de um “racismo cordial” ou “racismo velado”, ou mesmo de que o “racismo Jim Crow” (defesa aberta da ideia de supremacia branca) tenha deixado de existir. Não é disso que se trata, mas de algo bem mais sofisticado. O que Bonilla-Silva destaca é que a mudança na forma de manifestação do racismo está diretamente atrelada a mudanças estruturais na sociedade estadunidense e, por consequência, na ideologia racial. O racismo aberto e declaradamente segregacionista que motivou a luta pelos direitos civis não está eliminado, mas cedeu passo a um novo racismo, que se utiliza da linguagem do liberalismo^[4] para negar o peso do racismo na desigualdade, colocando-o sobre os ombros do indivíduo que não teria “o preparo necessário exigido pelo mercado” ou cuja cultura não se adaptaria “aos exigidos padrões de desempenho”. Ou seja, a constituição de sujeitos raciais no novo racismo não tem como base um discurso de inferioridade biológica ou moral, mas um *discurso de desempenho*. Como ressalta o autor, sob a égide do racismo da cegueira de cor, a desigualdade entre brancos e não brancos é justificada

pela “dinâmica de mercado” ou “de fenômenos que ocorrem naturalmente e das limitações culturais imputadas aos negros”^[5] e latinos. É o enigma desse “racismo sem racistas” que o livro se esforça para desvendar de modo minucioso.

Há ainda mais dois elementos que merecem destaque em *Racismo Sem Racistas*.

O primeiro é a forma do texto. Trata-se de um livro que não se rende a simplificações, e a questão racial é apresentada em suas nuances mais complexas.

Entretanto, os argumentos de Bonilla-Silva aparecem de modo límpido, consequência de um texto construído de modo generoso e com rigor científico.

O segundo é o esforço do autor em transformar suas ideias em chamados para uma ação transformadora. *Racismo Sem Racistas* é um livro político, no melhor sentido que essa palavra pode carregar. O rigor analítico com que o livro demonstra o “racismo de cegueira racial” ultrapassa as concepções que veem o racismo como resultado da ação individual. Destaca-se a dimensão estrutural e institucional do racismo, o que permite que a crítica se volte ao sistema que produz os sujeitos raciais e, com eles, a desigualdade.

O leitor e a leitora podem colocar a objeção de que a análise do livro está centrada na sociedade dos Estados Unidos. Isso é correto. Mas nem de longe retira a

relevância da obra para a compreensão do racismo em outros lugares do mundo. Ainda que o racismo no Brasil guarde importantes diferenças com a realidade estadunidense, não se pode esquecer que, de um ponto de vista global, o racismo está historicamente ligado à formação das sociedades contemporâneas. No Brasil, tal como nos Estados Unidos, as mudanças conjunturais na economia e na política também afetam decisivamente os processos de racialização, de tal sorte que a retórica baseada na cegueira de cor, na meritocracia e na igualdade formal, típicas do neoliberalismo, também chegam a nós de um modo bastante particular. Nessa vereda, *Racismo Sem Racistas* serve-nos como um ponto de partida também para análises sobre o racismo na América Latina, particularmente no Brasil.

Escrever este prefácio é, para mim, motivo de especial satisfação. Isso porque neste ano de 2020 tive a oportunidade de ser professor visitante na Universidade de Duke, nos Estados Unidos, e lá tive a honra de conhecer o professor Eduardo Bonilla-Silva. Para além de um intelectual admirável e generoso, demonstrou-se um homem profundamente comprometido com a construção de pautas transformadoras da realidade social. É nesse sentido o recado contido nas páginas finais do livro: a mais relevante luta antirracista não é apenas uma luta contra indivíduos ou grupos racistas; é,

sobretudo, uma luta contra o sistema político e econômico que produz o racismo.

Prefácio

Muitos amigos, colegas e leitores expressaram curiosidade sobre minhas opiniões no tocante à eleição de Trump como presidente. Sem dúvida, Trump brincou com fogo no que diz respeito à raça e ajudou a mobilizar tanto os grupos (todas as antiquadas organizações racistas) como os indivíduos marginais (por exemplo, David Duke), bem como reavivou o pior nas massas brancas durante a campanha, com seu discurso sobre a construção de um muro; o fato de o México “não enviar suas melhores pessoas”, e sim “pessoas que têm muitos problemas”, que estão “trazendo drogas” e “trazendo o crime” e “são estupradores”^[1]; um boicote muçulmano; sua hesitação em condenar o endosso de David Duke a sua candidatura; seus comentários sobre negros que vivem em “guetos” nos quais “você não pode andar nas ruas, sai para comprar pão e termina levando um tiro”^[2]; e muitas outras coisas. Ele também tem uma história

racial pessoal problemática. Foi processado duas vezes pelo Departamento de Justiça na década de 1970 por discriminar negros na área da habitação e multado nos anos de 1990 pelo Jersey Casino Control Commission por discriminar negociantes negros em seu cassino. Sua aversão aos negros possuía raízes familiares, posto que seu pai, Fred Christ Trump, tinha um longo histórico de pontos de vista e ações antinegros que incluíam a participação (como defensor) em um comício da Klan aos 21 anos de idade^[3].

A questão é saber se temos “Racismo sem Racistas” ou “Racismo com Racistas”. Alguns dos meus amigos, inclusive, me disseram que meu livro finalmente chegou ao fim da vida, dado que agora está claro que temos “racismo com racistas, ponto final”. Nesta quinta edição, reitero que o regime racial na América pós-movimento dos direitos civis ainda é o “novo racismo” e a ideologia racial dominante que mantém essa ordem unida é o racismo da cegueira de cor. O momento Trump, a meu ver, ilustra três coisas fundamentais. Primeiro, nenhum regime racial existe na pureza e no isolamento, isto é, ele sempre articula^[4] vários modos de dominação. Assim sendo, o novo racismo é dominante, mas não é a *única* maneira de manter a ordem racial. O Jim Crow nunca morreu cem por cento, e sua ideologia permaneceu importante em muitos setores da nação e

em segmentos da comunidade branca. Em segundo lugar, regimes raciais, à semelhança dos econômicos, passam por ciclos. O momento Trump é bem parecido com a era Reagan (1980-1988), um momento em que os crimes de ódio e a animosidade racial aumentaram de modo significativo, em parte porque Reagan deu o que o falecido Manning Marable chamou de “sinais verdes” à atividade racista com comentários sobre “rainhas da assistência social” e coisas afins^[5]. Em terceiro lugar, as ideologias têm diferentes tons de expressões e o racismo da cegueira de cor não é exceção. Mencionei isso desde que o livro foi publicado pela primeira vez, no capítulo intitulado “São Todos os Brancos *Archie Bunkers* Refinados?” e na “Conclusão”. Afirmei, especificamente na “Conclusão”, o seguinte:

Embora entrevistados brancos mais velhos, da classe trabalhadora (principalmente na amostra do DAS), fossem menos hábeis em usar versões mais suaves e eficientes dos enquadramentos e do estilo do racismo da cegueira de cor do que os mais jovens, de classe média e instruídos (principalmente na amostra dos estudantes universitários), ambos os grupos estavam sintonizados com essa nova ideologia. Contudo, o fato de alguns brancos serem “conservadores compassivos” no tocante à raça não muda de forma alguma a realidade de que todos são batizados nas águas do racismo da cegueira de cor. Ademais, embora brancos mais jovens, de classe média e

instruídos, pareçam mais hábeis em fazer uso do arsenal da cegueira de cor, muitos – em particular aqueles que já estavam no mercado de trabalho ou prestes a entrar nele – eram tão rudes e pouco sofisticados quanto seus irmãos mais pobres e menos instruídos.^[6]

Assim, a despeito de Trump e do ressurgimento do antiquado *animus* racial, ainda alego que a dica para entender como a raça funciona na América contemporânea é a linguagem e os tropos do racismo da cegueira de cor. Mesmo Trump, apesar de sua própria história e pontos de vista raciais pessoais, tentou ser cego à cor na campanha (sem sucesso, com certeza), afirmando ser ele “a pessoa menos racista com quem você já se deparou”^[7], que ele amava os mexicanos e que os mexicanos o amavam – o que ele demonstrou comendo um *taco* no Cinco de Mayo^[8] – e insistindo, “Eu amo os muçulmanos”, e afirmando: “Eu acho que eles são grandes pessoas.”^[9] O racismo da cegueira de cor é a máscara que recobre a forma de pensar, a fala e até mesmo como se sente em questões raciais a grande maioria dos brancos, e é o motivo pelo qual este livro ainda é devidamente intitulado “Racismo Sem Racistas”.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer um esclarecimento muito importante. À despeito do título do livro, jamais utilizei o termo “racista” para classificar os atores. Esse termo pertence àqueles que acreditam que a

análise racial equivale a um processo do tipo clínico de apontar quem é e quem não é racista, geralmente baseado em resultados de pesquisas de opinião sobre questões relacionadas à raça ou nas declarações raciais de ações feitas ou proferidas por alguns indivíduos (por exemplo, Donald Sterling, ex-proprietário do Los Angeles Clippers, é classificado como “racista” porque proibiu sua namorada de tirar fotos com a lenda da NBA, Magic Johnson). Creio que esse conceito, e a análise sobre a qual ele se fundamenta, atingiu o limite e já não é útil, se é que alguma vez o foi. A caça aos racistas tende a nos desviar do que precisamos para entender corretamente o funcionamento do racismo na sociedade. Nas eleições de 2016, analistas que seguem essa tradição rotularam incorretamente os brancos pobres e da classe trabalhadora de “racistas”, deixando os demais brancos que votaram em Trump (a maioria), bem como aqueles que votaram em Hillary Clinton, fora da análise. Isso é um erro, pois uma vez que uma sociedade é racializada, e todas as sociedades o têm sido por cerca de quinhentos anos, todos os atores são racializados e se tornam “sujeitos raciais”^[10]. Isso não significa que todos na América sejam “racistas”, uma posição que nos levaria de volta ao mesmo beco sem saída teórico. Isso significa que somos todos afetados pela racialização^[11] e pela ideologia racial. Ninguém está livre dos efeitos dessas

forças sociais, mas o impacto e a direção do efeito dependem da posição da pessoa na ordem racial. Pessoas negras, por exemplo, foram racializadas e rebaixadas desde a escravidão. Assim, a maioria tem lutado arduamente para produzir e expressar contraideologias e narrativas sobre raça. Brancos de todas as classes, não obstante os momentos de oportunidade de mudança, têm seguido, na maior parte dos casos, as tendências dominantes sobre a raça^[12].

No entanto, “sujeitos raciais” não são nunca produtos acabados e têm fraturas. Um estudo recente sobre a classe trabalhadora branca mostra que ela não constitui um monólito, posto que trabalhadores brancos podem ser solidários com pessoas de cor em certas circunstâncias^[13]. A história americana está repleta de ódio racial, mas também de momentos brilhantes de solidariedade inter-racial. Os abolicionistas, como John Brown, progressistas brancos durante os movimentos de direitos civis e jovens ativistas brancos nos dias de hoje são exemplos das possibilidades, e cabe aos cientistas sociais, analistas sociais e organizações e organizadores políticos progressistas trabalhar para decodificar a construção do nexos classe-raça^[14] e concentrar-se nas maneiras de “desracializá-lo” (precisaremos também desfazer os preconceitos de gênero, como defendo na “Conclusão” deste livro). O desenvolvimento de uma

política de mudança racial é um assunto complexo, mas para aqueles de nós que aspiram a viver em uma sociedade na qual raça, classe, gênero e outras clivagens sociais se tornem irrelevantes, trabalhar nesse enigma é uma obrigação.

O Que Há de Novo na Quinta Edição

Agora, vejamos o que adicionei ^[15] nesta nova edição. Deixei o básico inalterado; portanto, o núcleo do livro ainda é minha análise do “novo racismo” e do “racismo da cegueira de cor”. No entanto, atualizei o material no capítulo 2 sobre o novo racismo. No capítulo 10, no qual eu havia abordado o fenômeno Obama nas últimas duas edições, encurtei minha discussão sobre ele e adicionei uma análise rápida do momento Trump (trabalhei nessa revisão no momento da eleição, quando todos presumiram que Hillary Clinton seria eleita presidente), bem como uma discussão sobre movimentos sociais contemporâneos contra o racismo, ou seja, o Black Lives Matter e os movimentos estudantis. Finalmente, a pedido de muitos colegas que usam este livro em suas aulas, reorganizei a minha “Conclusão”. Agora, ela é uma discussão muito prática e idealista (no melhor

sentido da palavra) de coisas que os leitores podem fazer para “mudar o mundo”. É igualmente uma conversa muito direta com meus leitores, daí seu título, “O que deve ser feito? Falando com VOCÊ sobre como combater o racismo da cegueira de cor na América”. A “Conclusão” é bastante pessoal, posto que eu me exponho a vocês, leitores deste livro, e revelo muito sobre meus pontos de vista políticos acerca do tipo de sociedade em que desejo viver. Isso é arriscado, porém nesta fase (quinta edição deste livro), e dado que estou na casa dos meus cinquenta anos de idade, tenho pouco a perder. Acredito que a “Conclusão” será útil e desafiadora para a maioria dos leitores, mas alguns definitivamente não irão gostar dela, considerando-a um exemplo do “politicamente correto”^[16]. É o que é.

Isso é tudo por agora, e espero que esta seja de fato a última edição deste livro. Infelizmente, talvez não, pois o “racismo sem racistas” que aqui exploro permanece inabalável e, provavelmente, assim permanecerá nos próximos anos.

Eduardo Bonilla-Silva
Durham, Carolina do Norte

1 O Estranho Enigma da Raça na América Contemporânea

Há um estranho tipo de enigma associado ao problema do racismo. Ninguém, ou quase ninguém, deseja se ver como racista; contudo, o racismo persiste, real e tenaz.

Albert Memmi, *Racism*.

Racismo sem “Racistas”

Hoje em dia, à exceção de membros de organizações supremacistas brancas^[1], poucos brancos nos Estados Unidos se proclamam “racistas”. A maioria dos brancos afirma que “não vê cor nenhuma, apenas pessoas”; que embora a face feia da discriminação ainda esteja entre

nós, não é mais o fator central que determina as oportunidades de vida das minorias; e, finalmente, como declarou o dr. Martin Luther King Jr.^[2], que eles aspiram a viver em uma sociedade na qual “as pessoas são julgadas pelo seu caráter, não pela cor da sua pele”. Mais veementemente, a maior parte dos brancos insiste que as minorias (especialmente os negros) são as responsáveis por qualquer “problema de raça” que tenhamos neste país. Ela denuncia publicamente os negros por “explorarem a questão da raça” a fim de angariar simpatia; por exigirem a manutenção de programas baseados na raça, que são desnecessários e tendem a criar discórdia, como ações afirmativas; e por clamarem “racismo” sempre que são criticados pelos brancos^[3]. A maioria dos brancos acredita que se os negros e outras minorias parassem de pensar no passado, trabalhassem duro e se queixassem menos (particularmente de discriminação racial), americanos de todas as cores poderiam “se dar bem”^[4].

Independentemente das “ficções sinceras” dos brancos^[5], considerações raciais sombreiam quase tudo na América. Os negros e as minorias de pele escura estão em defasagem em relação aos brancos em praticamente todas as áreas da vida social; a probabilidade de serem pobres é três vezes maior, eles ganham aproximadamente 40% menos do que os brancos e têm

cerca de um oitavo do patrimônio líquido dos brancos^[6]. Também recebem uma educação inferior em comparação aos brancos, mesmo quando frequentam instituições integradas^[7]. Em termos de moradia, unidades de propriedade de negros comparáveis às de propriedade de brancos são avaliadas em 35% menos^[8]. Negros e latinos também têm menos acesso a todo o mercado imobiliário porque os brancos, por meio de uma série de práticas excludentes dos corretores e dos proprietários de imóveis brancos, têm conseguido efetivamente limitar a entrada deles em muitos bairros^[9]. Os negros recebem tratamento indelicado em lojas, restaurantes e em uma série de outras transações comerciais^[10]. Pesquisadores também documentaram que negros pagam mais por bens como veículos e casas do que brancos^[11]. Finalmente, negros e latinos de pele escura são alvos de perfilamento racial da polícia que, combinado com o sistema judiciário criminal altamente racializado, garante sua super-representação entre detidos, processados, encarcerados e, se acusados de um crime punido com pena de morte, executados^[12]. O perfilamento racial nas rodovias tornou-se um fenômeno tão predominante que surgiu um termo para descrevê-lo: dirigindo enquanto negro^[13]. Em suma, os negros e a maior parte das minorias estão “no fundo do poço”^[14].

Como é possível que exista esse enorme grau de desigualdade racial em um país no qual a maioria dos brancos afirma que a raça não é mais relevante? Mais importante ainda, como os brancos explicam a aparente contradição entre sua declarada cegueira de cor e a desigualdade americana identificada pela cor? Neste livro, tento responder a essas duas questões. Alego que os brancos desenvolveram explicações poderosas – que acabam se tornando justificativas – para a desigualdade racial contemporânea que os isentam de qualquer responsabilidade pelo *status* das pessoas de cor. Tais explicações emanam de uma nova ideologia racial que eu rotulo de *racismo da cegueira de cor*. Essa ideologia, que adquiriu coesão e dominância no final dos anos de 1960^[15], explica a desigualdade racial contemporânea como o resultado de uma dinâmica não racial. Enquanto para o racismo Jim Crow^[16] a posição social dos negros se devia à sua inferioridade biológica e moral, o *racismo da cegueira de cor* evita tais argumentos simplistas. Em vez disso, os brancos racionalizam o *status* contemporâneo das minorias como o produto da dinâmica de mercado, de fenômenos que ocorrem naturalmente e das limitações culturais imputadas aos negros^[17]. Por exemplo, os brancos podem atribuir a alta taxa de pobreza dos latinos a um relaxamento da ética de trabalho (“Os hispânicos são *mañana, mañana, mañana*

– amanhã, amanhã, amanhã”)[18] ou considerar a segregação residencial como resultado de tendências naturais entre os grupos (“Será que um gato e um cão se misturam? Não consigo ver isso. Você não pode beber leite e uísque. Certas misturas não se misturam.”)[19].

O racismo da cegueira de cor transformou-se na ideologia racial dominante à medida que mudaram os mecanismos e as práticas destinados a manter os negros e outras minorias raciais “no fundo do poço”. Argumentei alhures que a desigualdade racial contemporânea é reproduzida por práticas de um “novo racismo” que são sutis, institucionais e aparentemente não raciais[20]. Em contraste com o período Jim Crow, quando a desigualdade racial foi imposta por meios explícitos (por exemplo, cartazes dizendo “Negros não são bem-vindos aqui” ou diplomacia de espingarda na urna eleitoral), as práticas raciais atuais operam segundo o modelo “ora você vê, ora você não vê”. A segregação residencial, por exemplo, hoje quase tão elevada como no passado, não é mais realizada por meio de práticas claramente discriminatórias. Comportamentos encobertos, tais como não mostrar todas as unidades disponíveis, direcionar minorias e brancos para determinados bairros, orçar aluguéis mais altos ou preços específicos para pretendentes das minorias, ou não anunciar unidades são as armas escolhidas para

manter comunidades separadas^[21]. No campo econômico, a discriminação de “rosto sorridente” (“Não temos trabalho agora, mas, por favor verifique mais tarde”), a publicação de ofertas de trabalho em redes na maior parte brancas e jornais étnicos, e o direcionamento de pessoas de cor altamente instruídas e qualificadas a empregos mal remunerados ou empregos com oportunidades limitadas de mobilidade são as novas formas de manter as minorias em uma posição secundária^[22]. Politicamente, embora as lutas pelos direitos civis tenham ajudado a remover muitos dos obstáculos para a participação eleitoral das pessoas de cor, a “prática do *gerrymandering*^[23] racial, distritos de múltiplos membros^[24], eleições em dois turnos, anexação de áreas predominantemente brancas, escrutínio plurinominal e provisões de *anti-single-shot*^[25] (proibindo a concentração de votos em um ou dois candidatos em cidades que usam o escrutínio plurinominal) tornaram-se práticas padrão para privar os direitos de voto” das pessoas de cor^[26]. Seja em bancos, restaurantes, admissões a escolas ou transações imobiliárias, a manutenção do privilégio branco é feita de maneira tal que desafia leituras raciais simplistas. Assim, os contornos do racismo da cegueira de cor se ajustam muito bem ao novo racismo norte-americano.

Comparado ao racismo Jim Crow, a ideologia da

cegueira de cor assemelha-se a um “racismo leve”. Em vez de valer-se de xingamentos (*niggers, spics, chinks*)^[27], o racismo da cegueira de cor faz uso de expressões mais suaves (“Essas pessoas são também seres humanos”); em vez de proclamar que Deus colocou minorias no mundo em uma posição servil, sugere que elas progridem menos porque não trabalham duro o suficiente; em vez de ver o casamento inter-racial como errado a partir de um princípio puramente racial, o considera “problemático” devido a preocupações relacionadas aos filhos, ao local de residência, ou ao fardo extra que impõe sobre os casais. Contudo, essa nova ideologia tornou-se uma ferramenta política formidável para a preservação da ordem racial. Assim como o racismo Jim Crow serviu como fator de unificação para defender um sistema brutal e manifesto de opressão racial no período que antecedeu o movimento dos direitos civis, o racismo da cegueira de cor funciona hoje como a armadura ideológica para um sistema velado e institucionalizado na era pós-movimento dos direitos civis. E a beleza dessa nova ideologia reside no fato de ela ajudar na preservação do privilégio branco sem alarde, sem nomear aqueles a quem submete e aqueles a quem recompensa. Ela permite que um presidente declare: “Eu apoio enfaticamente todo tipo de diversidade, inclusive a diversidade racial no ensino superior”, mas, ao mesmo

tempo, caracterize o programa de ações afirmativas da Universidade de Michigan como “falho” e “discriminatório” contra os brancos^[28]. Assim, os brancos enunciam posições que salvaguardam seus interesses raciais sem que soem “racistas”. Protegidos pelo escudo da cegueira de cor, eles podem expressar ressentimento em relação às minorias; criticar sua moralidade, seus valores e sua ética de trabalho; e até alegar que são vítimas de um “racismo reverso”. Essa é a tese que defenderei neste livro para explicar o curioso enigma do “racismo sem racistas”^[29].

Atitudes Raciais dos Brancos na Era Pós-Movimento dos Direitos Civis

Desde o final da década de 1950, pesquisas de opinião sobre atitudes raciais têm consistentemente demonstrado que menos brancos endossam as concepções associadas ao Jim Crow. Por exemplo, enquanto a maioria dos brancos apoiava bairros, escolas, transporte, empregos e acomodações públicas segregados na década de 1940, menos de 25% indicaram

o apoio na década de 1970^[30]. Da mesma forma, menos brancos do que nunca parecem agora aceitar pontos de vista estereotipados sobre os negros. Embora o número ainda seja alto (variando de 20 a 50%, dependendo do estereótipo), a proporção de brancos que declara nas pesquisas que os negros são preguiçosos, estúpidos, irresponsáveis e violentos tem diminuído desde os anos de 1940^[31].

Tais mudanças no que tange às atitudes raciais dos brancos têm sido explicadas pela comunidade de pesquisadores e comentaristas de quatro maneiras. Primeiro, há os *otimistas raciais*. Esse grupo de analistas concorda com o senso comum dos brancos acerca de questões raciais e acredita que as mudanças simbolizam uma profunda transição nos Estados Unidos. Os primeiros representantes dessa concepção foram Herbert Hyman e Paul B. Sheatsley, que escreveram artigos muito influentes sobre o tema no *Scientific American*. Em uma reimpressão de seu trabalho anterior na importante coleção editada por Talcott Parsons e Kenneth Clark, *The Negro American* (O Negro Americano), Sheatsley avaliou as mudanças nas atitudes dos brancos como “revolucionárias” e concluiu:

A massa de americanos brancos tem demonstrado, de muitas formas, que não seguirá um governo racista e que não seguirá líderes racistas. Está engajada,

preferencialmente, na dolorosa tarefa de se ajustar a uma sociedade integrada. Não será fácil para a maioria, mas não se pode duvidar, nesta data tardia, do compromisso básico. Em seus corações eles sabem que o negro americano tem razão.^[32]

Nos últimos tempos, Glenn Firebaugh e Kenneth Davis, Seymour Lipset, e Paul Sniderman e seus coautores, em particular, têm levantado a bandeira dos otimistas raciais^[33]. Firebaugh e Davis, por exemplo, com base em sua análise dos resultados de pesquisas de 1972 a 1984, concluíram que a tendência na direção de um preconceito antinegro menor era extensível a todos. Sniderman e seus coautores, bem como Lipset, dão um passo além de Firebaugh e Davis, porque têm defendido abertamente políticas de cegueira de cor como o modo de resolver os dilemas raciais dos Estados Unidos. Sniderman e Edward Carmines fizeram esse apelo explícito em sua obra *Reaching beyond Race* (Indo Além da Raça):

Dizer que vale a pena assumir um compromisso com uma política de cegueira de cor significa pregar uma política centrada nas necessidades dos mais necessitados. Não é defender uma política na qual a raça seja irrelevante, mas em favor de uma na qual a raça é relevante na medida em que é um aferidor de necessidades. Acima de tudo, é um apelo para uma política que, por ser organizada em torno

de princípios morais aplicáveis independentemente de raça, se faz valer com força especial na questão da raça.^[34]

Os problemas com essa interpretação otimista são duplos. Primeiro, como já argumentei alhures^[35], recorrer a questões típicas do período Jim Crow a fim de avaliar as visões raciais dos brancos atualmente produz uma imagem artificial de progresso. Como os debates raciais centrais e a linguagem usada para discutir essas questões mudaram, nosso foco analítico deve ser dedicado à análise das novas questões raciais. A insistência na necessidade de recorrer a questões antigas para manter os dados longitudinais (tendência) como fundamento da análise irá, por padrão, produzir uma imagem auspiciosa das relações raciais que deixa escapar o que está acontecendo na base. Em segundo lugar, e mais importante, por causa da mudança no clima normativo na era pós-movimento dos direitos civis, os analistas devem exercer extrema cautela ao interpretar os dados atitudinais, particularmente quando se trata de projetos de pesquisa de método único. A estratégia de pesquisa que parece mais apropriada para os nossos tempos é a de projetos mistos (questionários combinados com entrevistas, pesquisas etnográficas^[36] etc.), porque permite aos pesquisadores cruzar seus resultados.

Um segundo grupo, mais numeroso, de analistas exhibe

o que chamei alhures de uma posição *pessotimista racial*^[37]. Pessotimistas raciais tentam incutir uma visão “equilibrada” e sugerir que as atitudes raciais dos brancos refletem progresso e resistência. Howard Schuman é um exemplo clássico dessa postura^[38]. Schuman tem argumentado por mais de trinta anos que as atitudes raciais dos brancos envolvem uma mescla de tolerância e intolerância, de aceitação dos princípios do liberalismo racial (oportunidades iguais para todos, fim da segregação etc.) e de uma rejeição das políticas que transformariam tais princípios em realidade (de ações afirmativas a *busing*)^[39].

Não obstante o apelo óbvio dessa concepção na comunidade dos pesquisadores (a aparência de neutralidade, a ponderação dos “dois lados” e esse componente de visão “equilibrada”), os pessotimistas raciais são apenas otimistas no armário. Schuman, por exemplo, apontou que, embora “respostas de brancos a questões de princípio são [...] mais complexas do que é frequentemente retratado [...], elas, no entanto, mostram em quase todos os casos um movimento positivo ao longo do tempo”^[40]. Ele crê que a mudança normativa nos Estados Unidos seja real e o problema é a dificuldade dos brancos de traduzir tais normas para preferências pessoais.

Um terceiro grupo de analistas alega que as mudanças

nas atitudes dos brancos representam o surgimento de um *racismo simbólico*^[41]. Essa tradição está relacionada ao trabalho de David Sears e seu associado Donald Kinder^[42]. Eles definiram o racismo simbólico como “uma mescla de sentimento emotivo antinegro e o tipo de valores morais americanos tradicionais incorporados na ética protestante”^[43]. Segundo esses autores, o racismo simbólico substituiu o racismo biológico como a forma principal na qual os brancos expressam seu ressentimento racial em relação às minorias. Nas palavras de Kinder e Sanders:

Uma nova forma de preconceito tornou-se proeminente, preocupada com questões de caráter moral, embasada nas virtudes associadas às tradições do individualismo. No seu centro encontram-se as asserções de que os negros não se esforçam o suficiente para superar as dificuldades com que se defrontam e que tomam o que não mereceram. Hoje, dizemos, o preconceito é expresso na linguagem do individualismo americano.^[44]

Autores que seguem essa tradição têm sido criticados pela imprecisão do conceito de “racismo simbólico”, por alegarem que a mescla de sentimento emotivo antinegro e individualismo é nova, e por não explicarem por que o racismo simbólico surgiu. A primeira crítica, desenvolvida por Howard Schuman, é que o conceito foi “definido e operacionalizado de maneiras complexas e

variegadas”^[45]. Não obstante essa imprecisão conceitual, encontrou-se que os índices de racismo simbólico diferiam daqueles do racismo antigo, sendo fortes preditores da oposição dos brancos a ações afirmativas^[46]. As outras duas críticas, feitas com vigor por Lawrence Bobo, foram parcialmente abordadas por Kinder e Sanders em seu livro *Divided by Color* (Divididos Pela Cor). Primeiro, Kinder e Sanders, bem como Sears, deixaram claro que sua alegação não é que essa seja a primeira vez na história que o sentimento emotivo antinegro e elementos do credo americano se combinaram. Eles afirmam que essa combinação se tornou central para a nova face do racismo. Em relação à terceira crítica, Kinder e Sanders explicam longamente a transição do racismo antigo para o simbólico. Mesmo assim, sua explicação se baseia no argumento de que as mudanças nas táticas dos negros (da desobediência civil à violência urbana) levaram à investida de uma nova forma de ressentimento racial que, posteriormente, encontrou mais combustível nas controvérsias sobre assistência social, crime, drogas, família e ações afirmativas. O que falta nessa interpretação é uma explanação, substancialmente fundamentada, do porquê tais mudanças ocorreram. Em vez disso, sua teoria do preconceito está enraizada no “processo de socialização e na operação de processos psicológicos cognitivos e

emocionais rotineiros”[47].

No entanto, apesar de suas limitações, a tradição do racismo simbólico chamou atenção para os elementos-chave de como os brancos explicam a desigualdade racial hoje. Se isso é ou não “simbólico” do sentimento emotivo antinegro é alheio à questão e difícil de avaliar, uma vez que, como uma ex-aluna minha questionou:

“Como se testa o inconsciente?”[48]

A quarta explicação das atitudes raciais contemporâneas dos brancos está associada àqueles que afirmam que as visões raciais dos brancos representam um *senso de posição de grupo*. Essa tese, vigorosamente defendida por Lawrence Bobo e James Kluegel, é semelhante à “dominação social” de Jim Sidanius e dos argumentos de “interesses de grupo” de Mary Jackman[49]. Em essência, a alegação de todos esses autores é que o preconceito branco é uma ideologia para defender o privilégio branco. Bobo e seus colaboradores sugeriram especificamente que, devido a mudanças socioeconômicas ocorridas nas décadas de 1950 e 1960, surgiu um *racismo laissez-faire* que era apropriado à “economia e ao regime de governo de trabalho livre modernos, nacionais e pós-industriais” dos Estados Unidos[50]. O racismo *laissez-faire* “engloba uma ideologia que culpa os próprios negros por sua relativa condição econômica mais pobre, vendo-a como função

da inferioridade cultural percebida”^[51].

Alguns dos argumentos básicos de autores que seguem as tradições simbólicas e modernas do racismo^[52] e, particularmente, da visão do racismo *laissez-faire*, são totalmente compatíveis com a minha interpretação do racismo da cegueira de cor. À semelhança desses autores, eu argumento que o racismo da cegueira de cor rearticulou elementos do liberalismo tradicional (ética de trabalho, recompensa por mérito, igualdade de oportunidades, individualismo etc.) para objetivos racialmente iliberais. Alego também, como eles, que os brancos hoje dependem mais de tropos culturais do que biológicos para explicar a posição dos negros neste país. Finalmente, concordo com a maioria dos analistas de questões pós-movimento de direitos civis ao afirmar que os brancos não percebem a discriminação como um fator central configurativo das oportunidades de vida dos negros.

Ainda que a maior parte das minhas divergências com os autores que seguem a tradição do racismo simbólico ou do racismo *laissez-faire* seja metodológica (ver adiante), discordo deles em um ponto central. Teoricamente, a maioria desses autores ainda está enredada na problemática do preconceito e, por conseguinte, interpreta as visões raciais dos atores como disposições *psicológicas individuais*. Embora Bobo e seus

colaboradores tenham uma conceituação mais próxima da minha, eles ainda mantêm a noção de preconceito e de sua bagagem psicológica enraizados na hostilidade inter-racial^[53]. Em contraposição, meu modelo não está ancorado nas disposições afetivas dos atores (ainda que disposições afetivas possam ser manifestas ou latentes no que diz respeito à forma em que muitos expressam seus pontos de vista raciais). Ele se baseia em uma interpretação materialista das questões raciais e, portanto, vê os pontos de vista dos atores como correspondentes à sua localização sistêmica. Aqueles que estão posicionados na parte inferior do barril racial tendem a manter visões opostas e aqueles que recebem os múltiplos salários da branquitude tendem a apoiar o *status quo* racial. É em grande parte irrelevante para a preservação do privilégio branco se os atores expressam “ressentimento” ou “hostilidade” em relação às minorias. Como David Wellman assinala em seu *Portraits of White Racism* (Retratos do Racismo Branco), “pessoas preconceituosas não são os únicos racistas na América”^[54].

Termos-Chave: Raça, Estrutura Racial e Ideologia Racial

Uma das razões pelas quais brancos e pessoas de cor, em geral, não concordam acerca de questões raciais se deve ao fato de elas conceberem termos como “racismo” de modo muito diferente. Para a maioria dos brancos, racismo é preconceito, ao passo que para a maior parte das pessoas de cor o racismo é sistêmico ou institucionalizado. Embora este não seja um livro de teoria, minha análise do racismo da cegueira de cor gravou nele a tinta indelével de um “regime de verdade”^[55] sobre como o mundo é organizado. Assim, ao invés de esconder minhas suposições teóricas, eu as declaro abertamente, para benefício dos leitores e de críticos potenciais.

O primeiro termo-chave é a noção de *raça*. Há muito pouco desacordo formal entre os cientistas sociais no que tange à aceitação da ideia de que raça é uma categoria socialmente construída^[56]. Isso significa que as noções de diferença racial são criações humanas e não categorias eternas e essenciais. Assim sendo, as categorias raciais têm uma história e estão sujeitas à mudança. E aqui termina o consenso entre os cientistas sociais. Há pelo menos três variações distintas sobre como eles abordam essa perspectiva construcionista de raça. A primeira abordagem, que está ganhando popularidade entre os cientistas sociais brancos, é a noção de que, pelo fato de ser socialmente construída, a

raça não é uma categoria fundamental de análise e práxis. Alguns analistas chegam a sugerir que, sendo a raça uma categoria construída, ela não é real e são os cientistas sociais que fazem uso dessa categoria que a tornam real^[57].

A segunda abordagem, típica da maioria dos escritos sociológicos sobre raça, louva da boca para fora a visão construcionista social – geralmente, uma linha no início do artigo ou do livro. Autores nesse grupo procedem, em seguida, à discussão das diferenças “raciais” no desempenho acadêmico, no crime e nas notas do SAT^[58], como se fossem verdadeiramente raciais^[59]. Essa é a forma básica pela qual os estudiosos contemporâneos contribuem para a propagação de interpretações racistas de desigualdade racial. Ao deixar de destacar a dinâmica social que produz essas diferenças raciais, tais eruditos ajudam a reforçar a ordem racial^[60].

A terceira abordagem que uso neste livro reconhece que raça, à semelhança de outras categorias sociais, como classe e gênero, é construída, mas insiste que ela tem uma realidade *social*. Isso significa que depois que a raça – ou a classe ou o gênero – é criada, ela produz efeitos reais sobre os atores racializados como “negros” ou “brancos”. Não obstante ser instável, como outras construções sociais, a raça possui uma qualidade de “mudar para permanecer igual”^[61] em seu âmago.

A fim de explicar como uma categoria socialmente construída produz efeitos de raça reais, devo introduzir um segundo termo-chave: a noção de *estrutura racial*. Quando a raça surgiu na história da humanidade, ela formou uma estrutura social (um sistema social racializado) que concedia privilégios sistêmicos aos europeus (os povos que se tornaram “brancos”) em detrimento dos não europeus (os povos que se tornaram “não brancos”)[62]. Os sistemas sociais racializados ou a supremacia branca[63], em suma, tornaram-se globais e afetaram todas as sociedades às quais os europeus estenderam seu alcance. Concebo, pois, a estrutura racial de uma sociedade como *a totalidade das relações e práticas sociais que reforça o privilégio branco*. Por conseguinte, a tarefa dos analistas interessados em estudar estruturas sociais é desvelar os mecanismos sociais, econômicos, políticos, de controle social e ideológicos específicos responsáveis pela reprodução do privilégio racial em uma sociedade.

Mas por que as estruturas raciais são reproduzidas, em primeiro lugar? Porventura os humanos, depois de descobrir a loucura do pensamento racial, não trabalhariam para abolir a raça como uma categoria, bem como uma prática? As estruturas raciais permanecem no seu lugar pelas mesmas razões que outras estruturas o fazem. Uma vez que os atores racializados como

“brancos” – ou como membros da raça dominante – recebem benefícios materiais da ordem racial, eles lutam (ou recebem passivamente os múltiplos salários da branquitude) para preservar seus privilégios. Em contraste, aqueles definidos como pertencentes à raça ou às raças subordinadas lutam para mudar o *status quo* (ou se resignam à sua posição). Aí reside o segredo das estruturas raciais e da desigualdade racial em todo o mundo^[64]. Elas existem porque beneficiam os membros da raça dominante.

Se o objetivo fundamental da raça dominante é a defesa de seus interesses coletivos (ou seja, a perpetuação do privilégio branco sistêmico), o fato de que esse grupo desenvolva racionalizações para explicar o *status* das várias raças não deveria surpreender ninguém. E aqui eu introduzo meu terceiro termo-chave, a noção de *ideologia racial*. Com isso quero dizer o *quadro de referências baseado em raça usado pelos atores para explicar e justificar* (raça dominante) ou *contestar* (raça ou raças subordinadas) o *status quo racial*. Embora todas as raças em um sistema social racializado tenham a *capacidade* de desenvolver tais *quadros de referência*, aqueles da raça dominante tendem a se tornar os principais sobre os quais *todos* os atores raciais fundamentam (a favor ou contra) suas posições ideológicas. Por quê? Porque, como Marx apontou em *Die*

deutsche Ideologie (A Ideologia Alemã), “o poder *material* dominante numa determinada sociedade é ao mesmo tempo seu poder *espiritual* dominante”^[65]. Isso não significa que a ideologia seja onipotente. Na verdade, como mostrarei no capítulo 7, o domínio ideológico é sempre parcial. Mesmo em períodos de domínio hegemônico^[66], como o atual, grupos raciais subordinados desenvolvem pontos de vista oposicionistas. Seria, no entanto, tolice acreditar que aqueles que governam uma sociedade não tenham o poder de, pelo menos, dar cor (trocadilho intencional) às opiniões dos governados.

A ideologia racial pode ser concebida para propósitos analíticos como se compreendesse os seguintes elementos: enquadramentos, estilo e histórias raciais comuns (detalhes sobre cada um desses elementos podem ser encontrados nos capítulos 3, 4 e 5). Os enquadramentos que ligam uma ideologia racial particular estão enraizados nas condições e experiências das raças com base no grupo e constituem, no nível simbólico, as representações desenvolvidas por esses grupos para explicar como o mundo é ou deveria ser. Uma vez que a vida grupal dos vários grupos racialmente definidos baseia-se na hierarquia e dominação, a ideologia dominante expressa como “senso comum” os interesses da raça dominante, enquanto ideologias de

oposição tentam contestar esse senso comum, fornecendo enquadramentos, ideias e histórias alternativos, baseados nas experiências das raças subordinadas.

Atores individuais empregam esses elementos como “componentes fundamentais [...] para fabricar versões acerca de ações, do *self* e das estruturas sociais” em situações comunicativas^[67]. A frouxidão dos elementos permite que os usuários atuem em vários contextos (por exemplo, responder a um questionário relacionado à raça, discutir questões raciais com a família ou debater ações afirmativas em uma sala de aula na faculdade) e produzam vários relatos e apresentações do *self* (como aparentar ser ambivalente, tolerante ou resoluto). Esse caráter frouxo reforça o papel legitimador da ideologia racial porque permite a acomodação de contradições, exceções e novas informações. Como Jackman afirma sobre a ideologia em geral, “de fato, a força de uma ideologia reside na sua aplicação flexível e frouxamente articulada. *Uma ideologia é um instrumento político, não um exercício de lógica pessoal*: consistência é rigidez, cujo único efeito pragmático é o de se encaixar”^[68].

Antes de prosseguir, duas advertências importantes devem ser feitas. Primeiro, embora os brancos, devido à sua posição privilegiada na ordem racial, formem um grupo social (a raça dominante), eles são divididos ao

longo de classe, gênero, orientação sexual e outras formas de “clivagem social”. Portanto, possuem interesses múltiplos e muitas vezes contraditórios que não são fáceis de desemaranhar e que predizem sua capacidade de mobilização (trabalhadores brancos têm mais em comum com capitalistas brancos do que com trabalhadores negros?). Todavia, como todos os atores premiados com a posição racial dominante, independentemente das suas múltiplas situações estruturais (homens ou mulheres, gays ou heterossexuais, classe trabalhadora ou burguesa), beneficiam-se do que Mills denomina o “contrato racial”^[69], a *maioria* tem historicamente endossado as ideias que justificam o *status quo* racial.

Em segundo lugar, embora nem todos os membros da raça dominante defendam o *status quo* racial ou o racismo da cegueira de cor, a *maioria* o faz. No intuito de explicar esse ponto por analogia, embora nem todo capitalista defenda o capitalismo (Frederick Engels, coautor de *O Manifesto Comunista*, por exemplo, foi um capitalista) e nem todo homem defenda o patriarcado (*Achilles Heel* [Calcanhar de Aquiles], por exemplo, é uma revista inglesa publicada por homens feministas), a *maioria* o faz de alguma forma. No mesmo veio, ainda que alguns brancos lutem contra a supremacia branca e não endossem o senso comum branco, a *maioria* apoia partes

substanciais dela de forma casual e acrítica que ajuda a manter a ordem racial predominante.

Como Estudar o Racismo da Cegueira de Cor

Recorrerei principalmente a dados de entrevistas para defender minha tese. Essa escolha é baseada em considerações conceituais e metodológicas importantes. Conceitualmente, meu foco é analisar a ideologia racial dos brancos e a ideologia, racial ou não, é produzida e reproduzida na interação comunicativa^[70]. Portanto, embora os questionários sejam instrumentos úteis para coletar informações gerais acerca das opiniões dos atores, eles são ferramentas extremamente limitadas para examinar como as pessoas explicam, justificam, racionalizam e articulam pontos de vista raciais. É menos provável que as pessoas expressem suas posições e emoções sobre questões raciais respondendo “sim” ou “não” ou “concordo totalmente” ou “discordo totalmente” a perguntas. Apesar do nobre empenho de alguns pesquisadores de produzir questionários metodologicamente corretos, as perguntas ainda restringem o livre fluxo de ideias e coagem, sem

necessidade, a gama de possíveis respostas^[71].

Metodologicamente, meu argumento é que, como o clima normativo na era pós-movimento dos direitos civis tornou ilegítima a expressão pública de sentimentos e visões racialmente fundamentadas^[72], os questionários sobre atitudes raciais tornaram-se uma espécie de testes de múltipla escolha nos quais os respondentes fazem grande esforço para escolher as respostas “certas” (ou seja, aquelas que se encaixam nas normas públicas). Por exemplo, ainda que uma variedade de dados possa sugerir que as considerações raciais sejam centrais no que tange às opções de moradia dos brancos, mais de 90% deles afirmaram nos questionários não ter nenhum problema com a ideia de negros se mudarem para seus bairros^[73]. Do mesmo modo, embora cerca de 80% dos brancos aleguem não ter problema se um membro da sua família trouxer uma pessoa negra para jantar em casa, a pesquisa revela que: 1. muito poucos brancos (menos de 10%) podem legitimamente afirmar o proverbial “alguns dos meus melhores amigos são negros”; e 2. brancos raramente confraternizam com negros^[74].

Mais importante ainda é a insistência dos pesquisadores em voga em fazer uso de perguntas desenvolvidas nos anos de 1950 e 1960 para avaliar as mudanças na tolerância racial. Essa estratégia é baseada na suposição de que o “racismo” (o que eu rotulo aqui de

“ideologia racial”) não muda com o tempo. Se, em vez disso, se considera que a ideologia racial de fato esteja mudando, a dependência de perguntas desenvolvidas para lidar com questões do período Jim Crow irá produzir uma imagem artificial do progresso e deixará escapar a maioria dos pesadelos raciais contemporâneos dos brancos.

Não obstante minhas preocupações conceituais e metodológicas com pesquisas de opinião, acredito que, quando bem planejadas, ainda são instrumentos úteis para vislumbrar a realidade racial da América. Portanto, passo a relatar os resultados dos meus próprios projetos, bem como de pesquisas realizadas por outros estudiosos sempre que apropriado. Meu propósito, portanto, não é negar a mudança atitudinal ou condenar ao esquecimento pesquisas de opinião sobre atitudes raciais, porém compreender as novas crenças raciais dos brancos e suas implicações, tão bem quanto possível.

Fontes de Dados

Os dados deste livro provêm principalmente de dois projetos estruturados de modo similar. O primeiro é o 1997 Survey of Social Attitudes of College Students

(Pesquisa de Opinião Sobre Atitudes Sociais de Estudantes Universitários), com base em uma amostragem por conveniência de 627 estudantes universitários (incluindo 451 estudantes brancos) de uma grande universidade do Meio-Oeste (doravante, MU), uma grande universidade do Sul (SU) e uma universidade de tamanho médio na Costa Oeste (WU). Uma amostra aleatória de 10% dos alunos brancos que disponibilizaram informações sobre como contatá-los (cerca de 90%) foi entrevistada (41 alunos ao todo, dos quais 17 homens e 24 mulheres e dos quais 31 provinham da classe média e média alta e 10 eram da classe trabalhadora).

A despeito de os dados serem muito sugestivos e, creio eu, essencialmente corretos, esse estudo tem algumas limitações. Primeiro, é baseado em uma amostragem por conveniência e não representativa, o que restringe a capacidade de generalizar os resultados para a população branca como um todo. No entanto, vale ressaltar que o viés nessa amostra está na direção de *maior* tolerância racial, já que os pesquisadores descobriram consistentemente que é mais provável que jovens brancos com formação universitária sejam racialmente tolerantes do que qualquer outro segmento da população branca^[75]. Outra limitação do estudo é que as entrevistas foram realizadas apenas com entrevistados brancos. Esse

conjunto de dados, portanto, não nos permite verificar se suas opiniões são ou não diferentes das opiniões dos negros. Finalmente, devido a restrições orçamentárias, a amostra era pequena, se bem que grande quando comparada à maioria dos trabalhos baseados em entrevistas^[76].

A segunda fonte de dados para este livro é o 1998 Detroit Area Study (DAS). Esse conjunto de dados supera muitas das limitações supramencionadas, pois se baseia em uma amostra representativa e inclui um número significativo de entrevistas com brancos e negros. O DAS de 1998 é uma pesquisa probabilística de 400 residentes negros e brancos da área metropolitana de Detroit (323 brancos e 67 negros). O índice de respostas foi um aceitável 67,5%. Como parte desse estudo, 84 pessoas (uma subamostra de 21%) foram selecionadas aleatoriamente para entrevistas mais aprofundadas (das quais 66 brancas e 17 negras). As entrevistas foram emparelhadas por raça, seguiram um protocolo estruturado, foram realizadas nas residências dos entrevistados e duraram cerca de uma hora.

A principal limitação do conjunto de dados do DAS de 1998 é que os respondentes eram apenas negros e brancos. Como os Estados Unidos se tornaram uma sociedade multirracial, a generalização de uma análise com base em resultados sobre negros e brancos deve ser

motivo de preocupação. Embora eu pressuponha que o racismo da cegueira de cor seja a ideologia geral da era pós-movimento dos direitos civis, entendo que uma análise mais completa deveria incluir os pontos de vista de outras pessoas de cor. Assim, utilizarei dados de outras fontes nas minhas conclusões, a fim de mostrar como outras pessoas de cor se encaixam na noção de racismo da cegueira de cor. Como observação final a respeito da Pesquisa de Opinião Sobre Atitudes Sociais de Estudantes Universitários de 1997 e o DAS de 1998, estou ciente de que alguns leitores podem questionar a continuação de sua validade. Contudo, tanto questionários como pesquisas baseadas em entrevistas (por exemplo, Bush 2004; Gallagher 2002^[77] etc.) feitas desde então apresentaram resultados semelhantes, adicionando força aos meus argumentos neste livro.

Política, Interpretação e Objetividade

A pesquisa científica social é sempre um empreendimento político. Apesar do sonho da objetividade pura do Iluminismo^[78], os problemas que postulamos, as teorias que usamos, os métodos que

empregamos e as análises que realizamos são produtos sociais e, em certa medida, refletem as contradições sociais e a dinâmica de poder. Essa visão é mais aceitável nas Ciências Sociais atualmente do que há dez ou vinte anos^[79]. Portanto, é mais difícil para os cientistas sociais de hoje defenderem o chamado do sociólogo Max Weber para uma separação entre pesquisador, método e dados^[80].

Meus propósitos acadêmicos neste livro são descrever os principais componentes do racismo da cegueira de cor, explicar suas funções e usar esses componentes para formular teorias sobre como as futuras relações raciais nos EUA poderão parecer. Espero que esse empenho seja de valia para que analistas sociais possam superar o presente impasse sobre a natureza e o significado das concepções raciais dos brancos. Contudo, ao alcançar meus propósitos acadêmicos, espero também atingir um objetivo político muito maior e importante: desvelar o perfil básico da ideologia principal que reforça a desigualdade racial contemporânea. Por definição, portanto, meu trabalho é um desafio para o senso comum branco pós-movimento dos direitos civis; para a concepção de que a raça não mais importa; e para quem quer que acredite que os problemas que afligem as pessoas de cor estão fundamentalmente enraizados em suas culturas patológicas^[81]. De modo mais específico,

quero desenvolver um argumento (a natureza sofisticada do racismo da cegueira de cor), uma abordagem (analisar a ideologia racial e não o “preconceito”) e uma política (lutar contra a dominação racial com base em uma agenda dos direitos de um grupo^[82]) que auxiliem acadêmicos e ativistas em suas pesquisas e no seu combate contra o absurdo da cegueira de cor. Espero também que este livro sirva de alerta para os brancos liberais e progressistas com cegueira de cor e os membros confusos de comunidades das minorias que defendem oportunidades iguais, porém não ações afirmativas; que acreditam que a discriminação não é um fator importante que configura as oportunidades de vida das pessoas de cor; ou que ainda se perguntam se as minorias raciais realmente têm uma cultura inferior que explica o seu *status* na América. No entanto, reconheço que a natureza política da pesquisa não é um sinal verde para o desleixo e a parcialidade ou para confiar em dados coletados de forma não sistemática a fim de fazer generalizações amplas. Por isso, reforço meus argumentos com dados sistemáticos de entrevistas e referências quando meus dados ou análise diferem daqueles dos analistas tradicionais, permitindo aos leitores encontrar interpretações alternativas à minha.

Gostaria agora de dizer algumas palavras sobre o tópico da interpretação. É verdade que “a palavra falada

tem sempre o resíduo da ambiguidade, por mais cuidadosos que sejamos ao enunciar as perguntas e por mais cuidado que tomemos ao relatar ou codificar as respostas”^[83]. Assim, é possível que outros leiam os dados de modo diferente. Para satisfazer as preocupações intelectuais daqueles que duvidam da minha interpretação, apresento, sempre que possível, casos que não se encaixam bem nela (particularmente no capítulo 8). No entanto, não evito o perigoso, porém necessário, papel do analista. Apresentarei um argumento convincente a favor da visão de que a maioria dos brancos endossa a ideologia da cegueira de cor e que essa ideologia é fundamental para preservar o privilégio branco. As alternativas a esse papel interpretativo dos analistas, que considero mais problemáticas, são descrições tímidas, em geral acompanhadas por uma grande quantidade de advertências, nas quais os autorrelatos dos atores acerca dos eventos se tornam o objetivo final da pesquisa em si. Embora eu não negue que “os relatos das pessoas devam ser levados em conta”^[84], minhas metas são interpretativas (o que tais relatos significam?) e políticas (o que tais relatos ajudam a realizar na sociedade). Apresentar descrição e dados sem interpretá-los, sem analisá-los, é como ir à praia sem traje de banho.

Isso significa que minha interpretação é infalível

porque tenho certo grau de autoridade, que de alguma forma me confere um olhar especial? Na verdade, dado o caráter situacional e parcial de todo conhecimento^[85], nem eu, nem meus potenciais críticos detemos o monopólio do modo correto de interpretar dados. Todos nós tentamos fazer o melhor possível para construir explicações sólidas de eventos e esperar que no tendencioso mercado de ideias (que se inclina para as interpretações dos poderosos) as mais plausíveis obtenham legitimidade.

Mas, se a pesquisa é política por natureza e minha interpretação dos dados é guiada pela minha orientação teórica e política, como podem os leitores se certificar de que a minha interpretação é melhor do que a de outros analistas? Isto é, como podemos evitar a armadilha do relativismo^[86], da ideia de que “todo pensamento é meramente a expressão de interesse ou de poder ou de filiação a um grupo?”. Minha resposta a essas perguntas é que as minhas explicações – assim como as de outros analistas – devem ser julgadas como mapas. Julguem o meu empenho cartográfico em traçar as fronteiras da ideologia racial branca contemporânea em termos de sua utilidade (ajuda a entender melhor as visões dos brancos?); acurácia (representa com acurácia os argumentos dos brancos sobre questões raciais?); detalhes (destaca os elementos das representações

coletivas dos brancos não discutidos por outros?); e clareza (em última análise, isso o ajuda a se mover daqui para ali?)[87].

Uma Advertência Importante

O propósito deste livro não é demonizar os brancos ou rotulá-los de “racistas”. A caça aos “racistas” é o esporte escolhido por aqueles que praticam a “abordagem clínica” nas relações de raça – a separação cuidadosa entre americanos bons e maus, tolerantes e intolerantes. Posto que este livro está ancorado em uma compreensão estrutural das relações de raça[88], meu propósito é desvelar as práticas coletivas (neste livro, as ideológicas) que ajudam a reforçar a ordem racial contemporânea. Historicamente, muitas pessoas boas apoiaram a escravidão e o Jim Crow. Da mesma forma, a maioria dos brancos com cegueira de cor que se opõe (ou tem sérias reservas sobre) a ações afirmativas, acredita que os problemas dos negros são principalmente causados por eles mesmos e não vê nada de errado no seu próprio estilo de vida branco, também é composta de pessoas boas. A questão analítica, portanto, é examinar quantos brancos apoiam uma ideologia que ajuda a

preservar a desigualdade racial em vez de avaliar quantos odeiam ou adoram negros e outras minorias.

Mesmo com essa advertência, alguns leitores ainda podem sentir um certo desconforto ao ler este livro. Como o racismo da cegueira de cor é a ideologia racial dominante, seus tentáculos tocaram todos nós e, portanto, a maioria dos leitores irá endossar alguns – se não a maior parte – de seus princípios, utilizar seu estilo e acreditar em muitas de suas histórias raciais. Infelizmente, pouco posso fazer para aliviar a dor desses leitores, pois quando se escreve e se expõe uma ideologia que está em jogo, seus defensores “se queimam”, por assim dizer. Para os leitores nessa situação (pessoas boas que podem concordar com muitos dos enquadramentos da cegueira de cor), recomendo com insistência um movimento pessoal e político, que deixem de alegar que são “não racistas” para se tornarem “antirracistas”^[89]. Ser um antirracista começa com a compreensão da natureza institucional das questões raciais e a aceitação de que todos os atores em uma sociedade racializada são afetados *materialmente* (recebem benefícios ou têm desvantagens) e *ideologicamente* pela estrutura racial. Essa postura implica assumir a responsabilidade por sua participação relutante nessas práticas e começar uma nova vida comprometida com o objetivo de alcançar uma igualdade racial verdadeira. O percurso será difícil, mas

depois que seus olhos forem abertos, não faz sentido ficar parado.

O Plano do Livro

O racismo da cegueira de cor surgiu como uma nova ideologia racial no fim dos anos de 1960, concomitantemente com a cristalização do “novo racismo” como a nova estrutura racial da América. No capítulo 2, descrevo como esse novo regime racial surgiu e delinheio suas principais práticas e mecanismos nas áreas social, econômica, política e de controle social.

Posto que as práticas e os mecanismos sociais para a reprodução do privilégio racial adquiriram um caráter novo, sutil e aparentemente não racial, vieram à tona novas racionalizações para justificar a nova ordem racial. Os novos e dominantes temas ou enquadramentos do racismo da cegueira de cor são o objeto do capítulo 3.

Todas as ideologias desenvolvem um conjunto de parâmetros estilísticos, uma certa maneira de transmitir suas ideias ao público. O racismo da cegueira de cor não é exceção. No capítulo 4, documentei os principais componentes estilísticos dessa ideologia. No capítulo 5, eu me aprofundo nas *story lines* (“O passado é o passado”

ou “Não consegui um emprego ou uma promoção – ou não fui admitido em uma determinada faculdade – porque um homem negro o conseguiu”) e histórias pessoais que surgiram na era pós-movimento dos direitos civis, no intuito de fornecer emotividade em nível visceral ao racismo da cegueira de cor.

Se levarmos a sério a autodeclaração dos brancos sobre a cegueira de cor, esperar-se-ia níveis significativamente altos de interação racial com minorias em geral e negros em particular. Usando os dados desses dois projetos, examino no capítulo 6 os padrões de interações inter-raciais dos brancos e concluo que eles tendem a navegar no que eu rotulo de “*habitus* branco”, ou um conjunto de redes e associações primárias com outros brancos, que reforça a ordem racial ao promover solidariedade racial entre brancos e sentimentos emotivos negativos em relação a “outros” raciais.

No capítulo 7, abordo os “traidores da raça”^[90], ou brancos que não endossam a ideologia da cegueira de cor. Depois de traçar o perfil dos respondentes dentre os estudantes universitários e os participantes do DAS que se encaixam no molde racial progressista, sugiro que mulheres brancas da classe trabalhadora são os candidatos mais prováveis a cometer traição racial nos Estados Unidos. Contudo, mostro também que o racismo

da cegueira de cor afetou inclusive esses brancos progressistas. Se o racismo da cegueira de cor afetou os progressistas raciais, teria afetado igualmente os negros? A tentativa de responder a essa indagação é o foco do capítulo 8. Usando dados do DAS alego que, muito embora os negros tenham desenvolvido uma ideologia de oposição, o racismo da cegueira de cor os afetou de forma indireta. Em vez de controlar totalmente o campo de ideias e cognições dos negros, o racismo da cegueira de cor confundiu algumas questões, restringiu a possibilidade de discutir outras e, no geral, enfraqueceu o caráter utópico dos pontos de vista oposicionistas dos negros. No capítulo 9, contesto as afirmações de que os Estados Unidos ainda estão organizados ao longo de uma linha divisória birracial e postulo que estejam se movendo lentamente em direção a uma ordem trirracial ou “plural”, semelhante à encontrada em muitos países da América Latina e do Caribe. No capítulo 10, examino o fenômeno Obama e sugiro que ele não é emblemático do pós-racialismo, mas parte do drama de cegueira de cor que analiso neste livro. No capítulo 11, apresento minhas conclusões, avaliando as implicações do racismo da cegueira de cor, da latino-americanização da estratificação racial e da *Obaméria* para a luta pela justiça racial e social neste país.

2 O Novo Racismo

A Estrutura Racial nos Estados Unidos Desde os Anos de 1960

Introdução

O ponto de vista do senso comum sobre questões raciais é que os racistas são poucos, que a discriminação^[1] praticamente desapareceu desde a década de 1960, e que a maioria dos brancos tem cegueira de cor. Essa concepção, que surgiu nos anos de 1970, viralizou com a eleição de Barack Obama para presidente em 2008. Os brancos parecem gritar coletivamente: “Temos um presidente negro, então estamos finalmente além da raça!” (ver o capítulo 10 para uma discussão sobre

Obama, o novo racismo e a cegueira de cor). Esse novo senso comum não é de todo desprovido de fundamento (práticas raciais tradicionais e exclusão, bem como crenças racistas baseadas no Jim Crow diminuíram de forma significativa), porém é basicamente falso. A supremacia branca nos Estados Unidos (ou seja, a estrutura racial da América) mudou. Surgiram atualmente práticas de um “novo racismo”, mais sofisticadas e sutis que aquelas típicas do período Jim Crow. No entanto, como argumentarei, essas práticas são tão eficazes quanto as antigas para a preservação do *status quo* racial. Neste capítulo, traço a evolução dessas novas estruturas de dominação racial, para mostrar como a desigualdade racial é perpetuada em um mundo com cegueira de cor. Começo com uma breve descrição de como essa nova estrutura racial (o novo racismo) passou a existir. Contra esse plano de fundo, faço um levantamento das evidências de como a desigualdade racial entre brancos e negros é produzida e reproduzida nos Estados Unidos em quatro áreas: social, política, econômica e de controle social. A evidência é examinada atentamente dos anos de 1960 até os dias atuais, com o objetivo de verificar os mecanismos e as práticas que mantêm as minorias “em seu lugar”. Concluo o capítulo com uma análise de algumas das repercussões sociais, políticas e legais da nova estrutura racial da América.

O argumento de que raça e racismo “têm diminuído em importância” na América contemporânea tornou-se proeminente no final dos anos de 1970 pelo sociólogo negro William Julius Wilson^[2]. Essa visão é consistente com os dados da pesquisa de opinião sobre as atitudes dos brancos desde o início da década de 1960^[3], bem como com muitos estudos demográficos e econômicos que comparam o *status* de brancos e negros em termos de renda, ocupações, saúde e educação e sugerem que ocorreu na América uma notável redução na desigualdade racial^[4].

Um número menor de cientistas sociais, por outro lado, acredita que a raça continua a desempenhar um papel semelhante ao do passado^[5]. Para esses autores, pouco mudou na América em termos de racismo e há um pessimismo geral no tocante às perspectivas de mudar o *status* racial das minorias. Embora essa seja uma visão minoritária na academia, ela representa a percepção de muitos membros de comunidades minoritárias, especialmente da comunidade negra.

Tais opiniões sobre a importância cambiante da raça e do racismo nos Estados Unidos baseiam-se em uma noção limitada e definida de racismo. Para esses analistas, o racismo é fundamentalmente um fenômeno ideológico ou atitudinal. Em contraste, como afirmei no capítulo anterior, considero o racismo uma *estrutura*, isto

é, uma rede de relações sociais nos níveis social, político, econômico e ideológico, que configura as oportunidades de vida das várias raças. O que os cientistas sociais definem como racismo é conceitualizado nesse contexto como ideologia racial. O racismo (ideologia racial) ajuda a unir e, ao mesmo tempo, organizar a natureza e o caráter das relações de raça em uma sociedade. A partir desse ângulo privilegiado, em vez de discutir se a importância da raça diminuiu, aumentou ou não se modificou, a questão em pauta é avaliar se ocorreu uma transformação na *estrutura racial* dos Estados Unidos. A meu ver, apesar das profundas mudanças que ocorreram na década de 1960, uma nova estrutura racial – o novo racismo, em suma – é operante, o que explica a persistência da desigualdade racial. Os elementos que compõem essa nova estrutura racial são: a natureza cada vez mais *velada* do discurso e das práticas raciais; a evitação da terminologia racial e a crescente alegação dos brancos de que estão vivenciando um “racismo reverso”; o desenvolvimento de uma agenda racial acerca de questões políticas que evita referências raciais diretas; a invisibilidade da maior parte dos mecanismos que reproduzem a desigualdade racial; e, finalmente, a rearticulação de algumas práticas raciais características do período Jim Crow de relações raciais.

Antes de prosseguir, devo fazer uma importante

advertência. Muito embora eu sustente que a forma dominante de racismo agora praticada seja sutil, isso não significa que eu esteja cego ao racismo explícito vulgar agora em voga no “Tea Party”^[6] e outros à direita. Regimes raciais podem mudar, porém essa transformação nunca é completa e os resquícios do antigo racismo Jim Crow são visivelmente ressurgentes. Esse ressurgimento é importante e exerce influência, de forma clara, sobre as oportunidades de vida das pessoas de cor; no entanto, afirmo que não é o núcleo do sistema nem constitui as práticas responsáveis por reproduzir a dominação racial atualmente. O momento Trump é remanescente da era Reagan (1980–1988), quando questões raciais ficaram mais polêmicas (ver capítulo 10).

O Surgimento de Uma Nova Estrutura Racial na Década de 1960

Os negros foram mantidos em uma posição subordinada durante o período Jim Crow de relações raciais por meio de uma variedade de práticas diretamente racistas. No nível econômico, os negros eram confinados a trabalhos subalternos pelo esforço conjunto de donos de

plantações, corporações e sindicatos. Por isso, não é surpreendente que, em 1890, 87% dos negros trabalhassem na agricultura ou em serviços domésticos ou pessoais (ver tabela 2.1 infra).

Tabela 2.1

Distribuição de Negros por Ocupações, 1890

INDÚSTRIA	NÚMERO	PORCENTAGEM
Agricultura	1.728.325	56,2
Serviços domésticos e pessoais	956.754	31,1
Manufatura	208.374	6,8
Negócios e transporte	145.717	4,8
Profissionais liberais	33.994	1,1

Fonte: L. Greene; C.G. Woodson, The Negro Wage Earner, p. 37, tabela 10.

No Sul, eles eram principalmente arrendatários, o que era realizado por meio das leis de *vagrancy* e *apprenticeship*^[7], de restrições ao direito dos negros de comprar terras e de trabalhar em certas profissões, do aprisionamento por dívida e do sistema de arrendamento de prisioneiros^[8]. No Norte, as práticas excludentes de administradores e sindicatos os mantinham como mão

de obra não qualificada, com muita pouca chance de mobilidade ocupacional^[9]. Assim, em vez de um mercado de trabalho dividido, “a maioria dos negros no Sul entre 1865 e 1900 ainda não estava em posição de competir diretamente com os brancos pelas mesmas ocupações”^[10]. Como trabalhadores arrendatários, eles foram “reduzidos à condição de servos” e enganados de várias maneiras por proprietários de terra brancos. Como trabalhadores industriais no Norte, estavam situados no fundo do poço, com pouca chance de mobilidade ocupacional.

A posição econômica dos negros não mudou muito até o século XX. Só depois da Primeira Guerra Mundial, que criou escassez de mão de obra no Norte industrial, muitos negros migraram do Sul e se juntaram às fileiras da classe trabalhadora^[11]. Essa transição do trabalho agrícola para o industrial, no entanto, não quebrou o padrão Jim Crow de emprego. Spero e Harris afirmam que, embora não houvesse discriminação salarial entre negros e brancos no Norte, os negros ganhavam menos que os brancos porque estavam concentrados em empregos de baixa qualificação: normalmente, aqueles que os indígenas americanos e os brancos americanizados nascidos no exterior não queriam. Isso explica em grande parte o aumento quase espetacular da proporção de negros nas fundições de ferro e aço, nas

quais o trabalho é sujo, quente e desagradável^[12].

No nível social, as normas da nova ordem racial surgiram lentamente, dado que a Guerra da Secessão e o período da Reconstrução (1865-1877) abalaram as regras do engajamento racial e contestaram o lugar dos negros na sociedade. A transição do período da escravidão para o do Jim Crow foi caracterizada pela inconsistência e por nenhum código geralmente aceito de costumes raciais. A escravidão não exigia um conjunto muito sofisticado e específico de regras para preservar “distância social”, nem uma elaborada ideologia racial (racismo), devido às absolutas diferenças de *status* entre as raças. Contudo, quando os negros se tornaram livres, passaram a representar uma ameaça à supremacia branca. De forma lenta, mas segura, leis e práticas segregacionistas surgiram depois de 1865 e foram consolidadas nos anos de 1880 com a promulgação das leis Jim Crow em todo o Sul. Essas leis envolviam a privação dos direitos civis dos negros, a separação racial nas acomodações públicas, a segregação nas moradias, nas escolas, no local de trabalho e noutras áreas, a fim de assegurar a supremacia branca. C. Vann Woodward descreve a extensão dessas leis como a seguir:

Os extremos aos quais foram aplicadas penalidades e separação de castas em partes do Sul dificilmente poderiam encontrar um equivalente, à exceção das

latitudes da Índia e da África do Sul [...] Toque de recolher [...] cabines telefônicas separadas [...] livros e armazenamento de livros separados nas escolas públicas [...] A Carolina do Sul separou a casta mulata das prostitutas, e inclusive “Ray Stannard Baker encontrou *Bíblia* Jim Crow para testemunhas negras em Atlanta e elevadores Jim Crow para passageiros negros nos edifícios de Atlanta”.^[13]

Do ponto de vista político, os negros eram virtualmente privados de direitos civis no Sul e quase totalmente dependentes de políticos brancos no Norte. No Sul, pagamento de impostos para votar, testes de capacidade de ler e escrever e estratégias coercivas diretas restringiam suas opções políticas. No Norte, os políticos negros estavam subordinados ao maquinário político étnico branco e não eram realmente representantes de suas próprias comunidades^[14].

Em termos de controle social, os negros do Sul eram regulados pelas ações de indivíduos brancos, organizações racistas violentas como a Ku Klux Klan, a violência da turba sob forma de linchamentos e ausência de fiscalização do cumprimento das leis da terra por agências estatais. No Norte, os negros sofriam menos com essas práticas, em grande parte porque, do aspecto residencial, eram segregados ao extremo e, portanto, não representavam uma “ameaça” aos brancos. No

entanto, sempre que os negros “cruzavam a linha”, os brancos explodiam em violência, como durante as revoltas raciais do final dos anos de 1910^[15].

Enfim, em consonância com as práticas mencionadas, a ideologia racial durante o período Jim Crow era explicitamente racista. É indubitável que a maioria dos brancos acreditasse que as minorias eram intelectual e moralmente inferiores, que precisavam ser mantidas à parte e que os brancos não deveriam se misturar com qualquer uma delas^[16].

O *apartheid* que os negros^[17] vivenciaram nos Estados Unidos implicava em: 1. mantê-los em áreas rurais, principalmente no Sul; 2. mantê-los como trabalhadores agrícolas; e 3. excluí-los do processo político. No entanto, à medida que os negros contestaram com sucesso sua posição socioeconômica migrando, de início, das áreas rurais para as áreas urbanas no Sul e depois para o Norte e Oeste, pressionando, por quaisquer meios necessários, para obter ocupações não agrícolas e desenvolvendo organizações políticas e movimentos como o Garveyismo^[18]; a NAACP – National Association for the Advancement of Colored People (Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor); o CORE – Congress of Racial Equality (Congresso de Igualdade Racial); a National Urban League (Liga Urbana Nacional); o Southern Regional Council (Conselho Regional do Sul);

e a CIC – Commission on Interracial Cooperation (Comissão de Cooperação Inter-Racial), a infraestrutura do *apartheid* racial começou a desmoronar^[19]. Dentre os demais fatores que levaram à abolição da ordem segregacionista, os mais significativos foram a participação de negros na Primeira e Segunda Guerras Mundiais, que evidenciou a contradição entre a luta pela liberdade no exterior e o seu discurso em casa; a Guerra Fria, que ditou a necessidade de eliminar a discriminação manifesta em casa para vender a imagem dos Estados Unidos como os defensores da democracia; e uma série de decisões judiciais, atos legislativos e decretos presidenciais que aconteceram desde a década de 1940^[20].

Os processos políticos, sociais e econômicos supramencionados ocorreram no contexto de uma economia política norte-americana em rápida mudança. De 1920 a 1940, o Norte expandiu seu processo de industrialização em ritmo furioso. Depois da Segunda Guerra Mundial, o Sul industrializou-se num ritmo ainda mais contundente. Muitas indústrias do Norte mudaram-se para o Sul em busca de custos de produção menores e têm continuado a assim proceder^[21]. Por conseguinte, nos dias atuais, mais de 70% da força de trabalho do Sul estão envolvidos em atividades não agrícolas. Esse processo de industrialização constituiu o

fator de atração para que os negros se mudassem do Sul rural e, em conjunto com o fator propulsor para escapar da violência Jim Crow e do fim do trabalho agrícola, criou as condições ideais para a “grande migração”^[22]. Apesar de os 1,8 milhões de negros que migraram entre 1910 e 1940 do Sul para o Norte e Oeste enfrentarem práticas e restrições econômicas raciais severas por parte dos trabalhadores brancos, sindicatos e brancos em geral, o Norte proporcionou-lhes oportunidades ampliadas em todos os setores da vida. Essa grande migração continuou entre 1940 e 1970, quando mais 4,4 milhões de negros deixaram o Sul^[23].

O impacto dessa migração na condição geral dos negros foi imenso. Por volta de 1970, os negros estavam geograficamente espalhados por todos os Estados Unidos; 80% residiam na cidade e haviam atingido um índice de urbanização maior do que os brancos; aprimoraram sua instrução e desenvolveram uma pequena, se bem que próspera, classe média; organizações sociais e políticas floresceram, passando a constituir-se base de treinamento para muitos líderes negros; em virtude de sua nova dispersão geográfica, os negros se tornaram cada vez mais um grupo nacional; foram capazes de desenvolver uma nova consciência, novas atitudes e uma nova visão sobre como lidar com a discriminação racial, caracterizada por Gunnar Myrdal

como a “motivação para o protesto”^[24].

Mesmo no Sul, a condição social, política e cultural dos negros melhorou um pouco com o processo inicial de industrialização. Depois dos anos de 1960, inclusive sua condição econômica mudou à medida que a elite comercial abandonou por completo a discriminação por causa dos efeitos econômicos adversos criados pela violência e pelas manifestações de protesto. De acordo com Melvin M. Lehman, esse padrão foi reforçado pelo capital industrial do Norte que havia penetrado no Sul, deixando o “sistema sulista de brutalidade, discriminação social e perseguição legalizada (ou extralegalizada) [...] cada vez mais econômica e politicamente disfuncional”^[25].

Para sermos claros, nem a urbanização nem a industrialização foram, por si só, forças progressistas “racionais” e não raciais. Capitalistas do Norte e do Sul adaptaram práticas raciais às suas políticas de contratações, aos planos de ação das empresas e às atividades diárias. No caso dos capitalistas do Sul, a industrialização se transformou em uma necessidade com o declínio progressivo da economia agrícola. Embora eles tivessem conseguido manter o Jim Crow e a industrialização por mais de cinquenta anos (de 1890 a 1950), em meados dos anos de 1950 ficou claro que ambos não poderiam coexistir pacificamente. Os negros

no Norte haviam ganhado força política suficiente para pressionar o governo federal a fazer algo sobre seus direitos civis. Após a decisão *Brown* de 1954^[26] e sua rejeição pela maior parte do Sul, a instabilidade e os protestos disseminaram-se por todo o Sul. Tal instabilidade era um anátema para atrair capital. Portanto, a elite empresarial desenvolveu, de forma relutante e gradual, uma adaptação às novas políticas. No Norte, a adaptação começou muito mais cedo, nas décadas de 1920 e 1930 e, particularmente, depois da Segunda Guerra Mundial, envolvendo a incorporação subordinada de negros na indústria. Tal acomodação, embora progressista, conservava a visão de que os negros eram trabalhadores inferiores e os mantinha na parte inferior da hierarquia ocupacional. Os pontos de vista dos administradores do Norte foram tipificados por um gerente “progressista” que, na década de 1950, comentou que “os negros, basicamente e como um grupo, com raras exceções, não são tão bem treinados para habilidades e empregos superiores como os brancos. Eles parecem excelentes para o trabalho, geralmente não qualificado, que requer vigor e força – e pouco mais. Eles não são confiáveis e não podem se adaptar às demandas da fábrica”^[27]. Concepções como essa continuam a afligir os capitalistas americanos no período pós-1960^[28]. A industrialização e a urbanização propiciaram aos negros

um novo contexto para a luta, que tornou o sistema Jim Crow do Sul impossível de ser mantido em face da oposição negra. (As partes interessadas devem ver as semelhanças entre esse caso nos Estados Unidos e o colapso do *Apartheid* na África do Sul. Ali, o segmento esclarecido da elite comercial decidiu se reunir com líderes do ANC – African National Congress [Congresso Nacional Africano] no final de 1980 para discutir uma possível solução para a crise sociopolítica. Fizeram-no devido à pressão das sanções econômicas internacionais, das campanhas antidesinvestimentos e do boicote aos produtos sul-africanos^[29]. Assim, para a elite, essa questão não era negra e branca, mas verde!).

Esses fatores demográficos, sociais, políticos e econômicos e as ações dos negros fizeram com que a mudança fosse quase inevitável. Condições maduras, entretanto, não são suficientes para modificar qualquer ordem estrutural. Por conseguinte, a ordem racial tinha que ser *diretamente* contestada para que pudesse ser transformada com eficácia. Esse foi o papel desempenhado pelo movimento dos direitos civis e outras formas de protesto em massa dos negros (os chamados tumultos raciais), que ocorreram na década de 1960 e 1970. Contestações organizadas e espontâneas foram os catalisadores que derrubaram a segregação manifesta.

O desaparecimento do Jim Crow, porém, não significou o fim do racismo na América. Muitos analistas observaram que “racismo” (como geralmente definido) e relações de raça têm adquirido, em vez disso, um novo caráter desde os anos de 1960. Eles apontam para a natureza cada vez mais velada do discurso e das práticas raciais; a evitação da terminologia racial em conflitos raciais por parte dos brancos; e o desenvolvimento de uma agenda racial acerca de questões políticas (tais como a intervenção do Estado, os direitos individuais, a responsabilidade etc.) que se furta a referências raciais diretas^[30]. Nas seções a seguir, descrevo as práticas discriminatórias típicas do período pós-movimento dos direitos civis.

Interação Social Inter-Racial Durante o Novo Período de Racismo

Em todas as áreas da vida social, negros e brancos permanecem, na maior parte das vezes, separados e desiguais. Um exame minucioso da pesquisa nas áreas de habitação, educação e interação social cotidiana revela,

surpreendentemente, pouco progresso desde a década de 1960.

Segregação Residencial

Dados do Censo de 2000 dos EUA indicam que a segregação residencial diminuiu pela quarta década consecutiva. Durante os anos de 1990, a segregação diminuiu em 272 áreas estatísticas metropolitanas e aumentou em outras 19; no entanto, a segregação negro-branca permaneceu alta nas antigas áreas metropolitanas do *Rust-Belt*^[31] e aumentou durante a década de 1990 nos subúrbios. Ademais, os negros são ainda mais segregados do que qualquer outro grupo racial ou étnico – segregação da qual sofreram por mais tempo do que qualquer outro grupo – e em todos os níveis de renda^[32]. Os negros pobres, em particular, vivenciam o maior grau de “hipersegregação” do restante da América, e esse padrão de isolamento extremo tem permanecido o mesmo ao longo do último terço do século. Em seu livro *American Apartheid* (Apartheid Americano), Douglas Massey e Nancy Denton medem os índices de segregação residencial, em termos de bairros, de trinta áreas metropolitanas, de 1940 a 1980. O índice de segregação residencial no Norte é por volta de 80 e, no Sul, em torno de 70 (um índice de 100

indica segregação total e um de 0, sem nenhuma segregação). Mesmo com um declínio constante na maioria das áreas metropolitanas incluídas, os níveis ainda são extremamente altos, em especial nas cidades do Norte. Em 2010, o isolamento nacional negro foi de 55% e permaneceu em 70% ou mais em cidades como Detroit, Cleveland e Chicago^[33].

Embora muitos desses tipos de índices sejam utilizados como se fossem medidas sofisticadas, a realidade é outra, uma vez que eles se baseiam essencialmente em “comparações numéricas simples e percentuais dos números e proporções de pessoas em cada raça/grupo étnico em uma população”^[34]. Os estudiosos têm apontado para o problema de segregação não mensurada devido à escala das regiões censitárias. Mais fundamentalmente, no entanto, sugiro que “contatos raciais” *não* significam integração substancial, pois há formas significativas de racismo compatíveis com “proximidade física”. De fato, estudos revelam que a aparente “integração” é principalmente resultado da reestruturação do espaço urbano, inclusive de mais pessoas negras se mudando para os subúrbios e de uma crescente gentrificação^[35]. Esta, por sua vez, vem com seu próprio conjunto de problemas, inclusive uma decrescente participação negra e um deslocamento negro, pelo menos parcialmente, por meio da destruição

de habitação pública^[36].

Os custos da segregação residencial para os negros são elevados; é bem provável que eles paguem mais pela habitação em um mercado limitado e que tenham uma moradia de qualidade inferior; menos provável que possuam residência própria; mais provável que vivam em áreas onde é difícil encontrar emprego; e que tenham de enfrentar prematuramente o problema de uma habitação depreciada^[37]. A segregação torna improvável que os negros pobres possam escapar da pobreza. Por exemplo, 72% dos negros americanos nascidos no quartil econômico mais baixo dos bairros residem em áreas pobres quando adultos, em comparação com apenas 40% dos brancos^[38]. Ademais, a raça é também o mais importante previsor da redução da mobilidade residencial intergeracional, sendo “as probabilidades de redução de mobilidade 3,6 vezes maiores que as dos brancos”^[39]. A grande diferença está em como a segregação opera hoje. No período Jim Crow, a indústria habitacional empregou práticas claramente discriminatórias, como agentes imobiliários que faziam uso da recusa direta ou de subterfúgios para evitar locação ou venda para clientes negros; programas de estabelecimento de *redlining*^[40] do governo federal; práticas de seguro e empréstimo claramente discriminatórias; e cláusulas racialmente restritivas no

tocante a escrituras imobiliárias, no intuito de manter comunidades segregadas. Em contraste, no período pós-movimento dos direitos civis, comportamentos velados substituíram tais práticas, mantendo o mesmo resultado – comunidades separadas.

Muitos estudos têm detalhado os obstáculos que as minorias enfrentam, impostos por agências governamentais, corretores de imóveis, prestamistas e residentes brancos que continuam a limitar suas opções de moradia^[41]. Auditorias realizadas em muitos locais revelam que aos negros e latinos é negada habitação disponível em 35 a 75% do tempo, dependendo da cidade em questão^[42]. Turner, Struyk e Yinger, ao relatar os resultados do *Housing Discrimination Study* (Estudo sobre Discriminação Habitacional) do Department of Housing and Urban Development (Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano), encontraram que negros e latinos sofreram discriminação em cerca de *metade* de seus empenhos para alugar ou comprar casas. Yinger, em um artigo separado, relatou que a incidência média de discriminação nos estudos de auditoria é de 47%. Esses estudos referentes à habitação mostraram que, quando comparados com equivalentes brancos, aos negros provavelmente serão mostrados menos apartamentos, fixados aluguéis mais altos, ou oferecidas piores condições, sendo eles direcionados para bairros

específicos. Usando um procedimento semelhante em uma auditoria de 2000 acerca de práticas raciais relacionadas à habitação em 23 áreas metropolitanas dos EUA, Turner e seus colegas relatam que, embora tenha havido uma melhora desde a auditoria de 1989, os brancos continuaram a receber mais informações sobre possíveis locações de imóveis, sendo-lhes mostradas mais unidades habitacionais disponíveis em ambos os mercados, de locação e de venda. O estudo também revelou um aumento significativo no direcionamento geográfico que perpetuou a segregação, predominantemente por meio do agente imobiliário^[43].

Em um estudo de práticas de empréstimo realizado pela Kentucky Human Rights Commission, testadores negros e brancos, com características iguais, solicitaram hipotecas convencionais, para a mesma habitação, de dez das mais importantes instituições de empréstimos de Louisville, e embora houvesse casos em que a discriminação fosse aparente (negros tinham problemas para conseguir marcar uma entrevista etc.), nas 85 visitas feitas para inquirir acerca de empréstimos, nenhum dos testadores negros (com uma exceção) sabiam que estavam sendo discriminados, embora isso ocorresse com *todos*. Os negros receberam menos informações; menos incentivo para retornar e solicitar o empréstimo; menos dicas úteis sobre como obter com

sucesso um empréstimo; e tratamento diferenciado na pré-qualificação – às vezes sendo-lhes dito que não se qualificariam, quando brancos com o mesmo perfil recebiam uma resposta distinta. Estudos semelhantes feitos em Chicago e Nova York revelaram discriminação em sete de dez instituições de crédito em Chicago e na única instituição estudada na cidade de Nova York^[44]. Dados nacionais do Home Mortgage Disclosure Act^[45] mostram que aos solicitantes negros eram negadas hipotecas pelo menos duas vezes mais que aos brancos com a mesma renda e do mesmo gênero. Finalmente, um estudo do Federal Reserve Bank of Boston revelou que após o controle de diversas variáveis, aos negros, em média, são negados empréstimos 60% mais vezes do que aos brancos^[46]. Em uma resenha geral das práticas de empréstimos hipotecários durante a década de 1990, Turner e Skidmore relataram que os negros recebiam menos informações dos agentes de crédito; as taxas de juros estabelecidas para eles eram mais elevadas e os índices de recusa de empréstimos, maiores^[47]. Grande parte do aumento de casas próprias por parte dos afro-americanos nos anos de 1990 está relacionada a concessionários de crédito de alto risco, que ofereciam taxas de usura, devido, em grande parte, à prática continuada de *redlining* dos bairros negros pelos credores principais. São essas mesmas hipotecas de alto risco que fizeram

com que a recente crise hipotecária impactasse mais severamente as minorias do que os brancos^[48].

As práticas raciais dos bancos não se desenvolviam de maneira condizente com a cegueira de cor, uma vez que os bairros negros eram ativamente marcados como alvo para empréstimos com juros mais altos. O Wells Fargo, por exemplo, fez um acordo de 175 milhões de dólares com a NAACP em uma ação judicial. A ação alegava que os clientes haviam sido direcionados para empréstimos de alto risco com juros mais altos – chamados dentro da organização de “empréstimos de gueto” para “o povo da lama”. Embora o Wells Fargo tenha sido um bode expiatório proeminente dessa prática racista, as evidências sugerem que os bancos se envolvem rotineiramente em empréstimos discriminatórios. Além disso, tal empréstimo não é baseado em negros com perfis econômicos piores, já que era mais provável que os negros de renda mais alta fossem direcionados para empréstimos de alto risco^[49].

Educação

A história da educação de negros e brancos neste país é de desigualdades substanciais mantidas pelas instituições públicas. Ainda que, hoje, muitas das barreiras tradicionais ao avanço dos negros tenham sido

banidas, a situação não é, de forma alguma, de igualdade. Embora os estudiosos tenham documentado o estreitamento da disparidade referente à *quantidade* de educação conquistada por negros e brancos, pouco foi dito sobre a discrepância persistente na *qualidade* da educação recebida^[50]. Altos níveis de segregação *de facto* que ainda remanescem (e, em alguns casos, pioram) são, pelo menos em parte, responsáveis pela discrepância na qualidade. No entanto, *tracking*^[51], encaminhamento diferencial para educação especial e outras práticas escolares informais também são fatores importantes.

A despeito de algum progresso durante o período imediatamente após 1964, o nível de segregação escolar de estudantes negros permanece relativamente alto em todas as regiões e se deteriorou nas regiões do Nordeste e do Centro-Oeste. De acordo com um relatório do Civil Rights Project de 2011, o aluno negro médio estudava em uma escola que era aproximadamente 50% negra e 28% branca. Em contrapartida, o aluno branco médio estudava em uma escola que era mais de 70% branca e cerca de 8% negra. De mais a mais, é relatada uma tendência em direção à ressegregação das escolas dos EUA a partir de 1986. Em decorrência da ressegregação durante a década de 1990, as escolas norte-americanas eram mais segregadas no ano letivo de 2000-2001 do que em 1970. A relevância desse fato é que, como observou

Gary Orfield, “as escolas segregadas ainda são profundamente desiguais”. Escolas de minorias urbanas, em nítido contraste com escolas suburbanas brancas, carecem de edifícios decentes; estão superlotadas; possuem equipamentos obsoletos – quando possuem equipamentos –; não têm livros didáticos suficientes para seus alunos; há falta de recursos de biblioteca; são tecnologicamente atrasadas; e pagam menores salários para a equipe docente e o pessoal administrativo, o que produz, apesar das exceções, um baixo nível de moral. De acordo com Jonathan Kozol, tais “desigualdades selvagens” têm sido diretamente relacionadas com um menor desempenho em leitura e aprendizagem de estudantes negros e suas limitadas habilidades de informática^[52].

Nas escolas integradas, os negros ainda precisam lidar com práticas discriminatórias. Oakes e seus coautores encontraram evidências claras de práticas discriminatórias no *tracking* nas escolas. É bem mais provável que brancos (e asiáticos) sejam (estatisticamente, de forma significativa) colocados no *track* acadêmico do que estudantes afro-americanos e latinos^[53]. Outro estudo revelou que dos alunos de 1985 que fizeram o SAT, 65,1% dos negros, em comparação a 81,2% dos brancos, haviam sido inseridos em um currículo pedagógico acadêmico. Não é de admirar que os

estudantes negros tendam a receber uma pontuação mais baixa no SAT do que os brancos. De acordo com Amanda E. Lewis e John B. Diamond, uma colocação desproporcional em *tracks* acadêmicos inferiores significa que estudantes negros estudam segundo um currículo menos rigoroso, com professores menos experientes e perdem os benefícios de uma escala de pontuação ponderada. Ademais, estudantes negros são punidos com mais frequência e de forma mais severa, estatística corroborada por numerosos outros estudos^[54].

Outras Áreas da Vida Social

Um breve levantamento de pesquisas em outras áreas da vida social revela persistente discriminação, tratamento desigual e, em alguns casos, exclusão. Essa é uma das poucas áreas em que os brancos ainda expressam abertamente ressalvas nas pesquisas de opinião^[55]. Em 1993, apenas 0,4% de todos os novos casamentos eram uniões entre negros e brancos^[56]. Ademais, um relatório de 2010 do Pew Research Center (PRC) revela que 15,1% de todos os novos casamentos nos Estados Unidos eram entre cônjuges de raça ou etnia diferentes^[57]. Não só mais de 90% dos brancos se casaram com outros brancos; pesquisas adicionais mostram que os índices de

casamentos inter-raciais de latinos e asiáticos na verdade têm diminuído desde 1980^[58]. Além das atitudes negativas dos brancos em relação a relacionamentos inter-raciais, o alto nível de segregação residencial e as limitadas amizades entre negros e brancos contribuem para esse baixo índice. Pesquisas de Jackman e Crane mostraram que somente 9,4% dos brancos podiam nomear um bom amigo negro. Isso os levou a concluir que muito poucos brancos “poderiam afirmar com razão que ‘alguns de seus melhores amigos são negros’”^[59].

Na esfera da vida cotidiana, vários trabalhos recentes tentaram examinar as experiências diárias dos negros com o racismo. Por meio de suas entrevistas com profissionais liberais negros do sexo masculino, Adia Harvey Wingfield descreve os maus-tratos diários sofridos por homens negros da classe média no seu local de trabalho. Os entrevistados relatam um pernicioso *tokenismo*^[60], que resulta em escrutínio e desaprovação indevidos^[61]. Dalmon Tweedy, psiquiatra da Universidade de Duke, desenvolve essas ideias em suas memórias, descrevendo um incidente quando era aluno de graduação e foi confundido com um faz-tudo ao entrar em sala de aula. Tais incidentes continuaram à medida que ele progredia do ponto de vista profissional, sendo que alguns pacientes expressavam abertamente seu desagrado por médicos negros^[62]. (Em um estudo

mais antigo, Ellis Cose encontrou fenômenos similares entre negros da classe média que supostamente alcançaram sucesso.)^[63] Feagin e McKinney assinalam que estresse crônico e “raiva justificada” resultantes desses maus-tratos implicam um custo psicológico para os afro-americanos, causam perda de energia pessoal e afetam sua saúde física^[64].

Joe R. Feagin e Melvin P. Sikes também documentam a densa rede de práticas discriminatórias confrontadas pelos negros de classe média na vida cotidiana. Embora eles apontem, corretamente, que tais práticas discriminatórias variam de manifestas e violentas a veladas e gentis, as últimas parecem ser predominantes. Nos espaços públicos, o comportamento discriminatório descrito por entrevistados negros incluía serviço precário; exigências especiais; vigilância em lojas; serem ignorados em lojas de varejo que vendem produtos caros; receberem as piores acomodações em restaurantes ou hotéis; serem confundidos constantemente com serviçais; além dos habituais, mas ao que parece menos frequentes, epítetos e comportamento abertamente racistas.

Em 1981, Howard Schuman e seus coautores replicaram um estudo de 1950 de restaurantes no Upper East Side de Nova York e constataram que uma substancial quantidade de discriminação sutil

remanesceu. Aos clientes negros era vedado o uso do guarda-volumes; eles eram acomodados em lugares isolados ou indesejáveis, como perto da cozinha; os pedidos eram trocados; e o pessoal de serviço ficava perturbado. Uma resenha recente da literatura sobre a discriminação na indústria de serviços mostra que essas práticas continuam. Pessoas de cor são mencionadas por meio de palavras de código como “canadense”, “primos”, *moolies*^[65], “piche” e até mesmo “pessoas brancas”, para sinalizar aos atendentes que se trata de clientes indesejáveis. O problema, no entanto, não termina com nomes desagradáveis, atendentes não dispostos a servir aos clientes negros, longos períodos de espera quando há mesas desocupadas, e instruções dos gerentes para tratar mal os negros^[66]. É importante assinalar que grande parte das evidências desse tipo de comportamento origina-se de relatos de garçons, e pessoas de cor submetidas a tais práticas raciais se perguntam se esse comportamento é realmente baseado em raça. Lawrence Otis Graham relata em seu livro *Member of the Club* (Membro do Clube) que, em dez dos melhores restaurantes de Nova York verificados por ele e seus amigos, eles foram encarados, confundidos com trabalhadores do restaurante, acomodados em lugares horríveis e isolados de modo a evitar proximidade com os brancos. Na verdade, Graham relata que foram tratados

razoavelmente bem em apenas dois dos dez restaurantes, um russo e outro, francês. As ações recentemente ajuizadas contra Denny's, Shoney's e o International House of Pancakes parecem sugerir que as práticas raciais dos restaurantes discriminam negros de todas as classes^[67].

Mais recentemente, um conjunto de trabalhos sobre “microagressões” raciais registra como as minorias podem ser sutilmente depreciadas em muitas interações de raças. Elas podem ser um exemplo prototípico de como o novo racismo opera, uma vez que as microagressões podem ser crimes de omissão (ou seja, um ambiente exibe apenas símbolos como fotos ou material de leitura relevantes para a cultura branca dominante) ou de autorização, como quando se implica que uma minoria não está qualificada para um trabalho ou para admissão à escola, estando presente só por causa de uma ação afirmativa. É importante ressaltar que o conteúdo dessas mensagens é quase sempre desprovido de apelos raciais explícitos, permitindo que o perpetrador alegue serem elas neutras. Isso faz com que seja muito difícil para as pessoas de cor responderem a esse tipo de agressão. Tais microagressões podem ter um grave efeito sobre a vida das pessoas de cor, pois esse tipo de hostilidade tem sido ligado a várias consequências negativas em relação à saúde^[68].

A Estrutura Política da Nova Ordem Racial

Quase todos os comentaristas de política negra reconhecem que os negros se tornaram participantes importantes da política “legítima” muito recentemente^[69]. No entanto, desde 1965, quando os negros puderam se registrar e votar, sua representação em estruturas políticas locais e nacionais tem aumentado de forma significativa. Os dados a tal respeito são bastante claros. Enquanto em 1970 havia apenas 1.460 candidatos negros eleitos em todos os níveis do sistema político dos Estados Unidos, em 1989 o total aumentou para 7.226; no início dos anos de 1990, seu número chegou a oito mil; e atualmente é de cerca de dez mil^[70]. Ademais, em 1990, “os negros ocupavam cargos eletivos em todos os Estados, à exceção de Idaho, Montana e Dakota do Norte”^[71]. No Congresso, tem havido um aumento no número de candidatos afro-americanos eleitos: de dez, ou 1,9% dos membros do Congresso em 1970, a 26, ou 5,8% do total em 1991, e a 49 em 2016. O Senado, contudo, tem um total de cinco pessoas de cor, o que o torna um órgão esmagadoramente branco^[72]. Além disso, várias delas são membros de minorias antiminorias, como Marco Rubio, da Flórida, Tim Scott,

da Carolina do Sul, e Ted Cruz, do Texas. A exemplo de conservadores como o juiz da Suprema Corte Clarence Thomas, esses políticos estão desconectados das visões, dos objetivos e das aspirações da maioria das pessoas de cor.

No geral, as mudanças nessa área dão a impressão de progresso substancial e do início de uma América verdadeiramente pluralista^[73]. O novo espaço político que os negros ganharam sem dúvida lhes propiciou alguns benefícios. Atualmente, os negros têm alguma influência direta – se bem que pequena – sobre os programas de ação e têm sensibilizado os políticos brancos acerca das necessidades dos negros não só por meio de suas sugestões de políticas, mas também por sua mera presença, tendo estabelecido uma ligação direta entre governo e cidadania. Em termos das cidades que elegeram prefeitos negros, alguns analistas apontaram que os “negócios de propriedade de afro-americanos se expandem, o índice de fracasso dos pequenos negócios diminui e há aumentos significativos tanto no número como nas proporções de afro-americanos empregados no governo municipal”^[74]. Não obstante tais realizações, os negros continuam sendo um grupo subordinado no sistema político. A seguir, uma discussão das atuais limitações que os negros ali enfrentam.